

Contribuições da curricularização da extensão na formação de professores

Contributions of the curricular extension in teacher education

Paloma Marques dos Santos¹

Ana Maria Santos Gouw²

Resumo

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada a partir da análise da curricularização da extensão em um curso de licenciatura em Ciências. O principal objetivo foi compreender as contribuições da extensão no processo formativo dos licenciandos. Os dados foram obtidos a partir da observação participante e de entrevistas. Os graduandos relataram a importância da extensão na aproximação dos alunos de educação básica ao ambiente universitário e que a experiência se constituiu uma forma de incentivo ao acesso à universidade pública. Este estudo considera que a incorporação da extensão na matriz curricular dos cursos, prevista no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), lei 13.005/2014, permite que ela se constitua como um importante componente no processo de formação inicial de professores, uma vez que assegura a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e na Constituição Federal. A extensão possibilitou aos graduandos a oportunidade de relacionar teoria e prática, além da vivência de atividades próprias da profissão. A partir da curricularização da extensão, os graduandos puderam colocar em prática o que aprenderam durante as unidades curriculares do curso, estabelecendo vivências autênticas com a comunidade escolar durante o período regular do curso.

Palavras chave: Formação inicial de professores. Interação entre universidade e escola. Extensão universitária. Curricularização da extensão.

Abstract

This study is a qualitative research based on the analysis of the curricularization of extension in a science degree course. The main objective was to understand the contributions of the extension in the educational process of undergraduates. The data were obtained from participant observation and interviews. The undergraduates reported the importance of the extension in approaching the basic education students to the university

¹ Licenciada em Ciências e Mestre em Ensino de Ciências. É professora da rede pública de São Paulo. E-mail: palomam037@gmail.com

² Bióloga, mestre e doutora em Educação, professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo - Campus Diadema. Atua na área de formação de professores e percepção e ensino de ciências. E-mail: ana.gouw@unifesp.br

environment and that the experience was a way of encouraging access to public university. This study considers that the incorporation of the extension in the curricular matrix of the courses, provided for in the National Education Plan (PNE 2014-2024), law 13.005/2014, allows it to become an important component in the process of initial teacher training, since it ensures the inseparability between teaching, research and extension, provided for in the Law of Directives and Bases of Education and the Federal Constitution. The extension gave undergraduates the opportunity to relate theory and practice, in addition to the experience of activities proper to the profession. From the curricularization of the extension, the undergraduates were able to put into practice what they had learned during the course's curricular units, establishing authentic experiences with the school community during the regular course period.

Keywords: Initial teacher education. Interaction between university and school. University extension. Curricular extension.

Introdução

Os cursos de licenciatura no Brasil têm enfrentado inúmeros desafios na sua consolidação enquanto processo formativo próprio. Os avanços advindos da homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que instituiu a formação de professores em cursos de licenciatura plena, e desencadeou na superação do modelo formativo 3+1 e na extinção dos cursos de licenciatura curta, bem como na consolidação da Resolução CNE/CP 2/2015 referente às *Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada*, ainda estão ameaçados em virtude da aprovação de uma reformulação, indicada na Resolução CNE/CP 2/2019, que prevê retrocessos de diversas naturezas, tanto no que se refere à concepção educacional como à carreira docente (BRASIL 1996; BRASIL, 2001; BRASIL, 2002; BRASIL, 2015; ANPED, 2019; BRASIL, 2019).

Ao lado das questões normativas, é imperativo que os cursos de licenciatura se estabeleçam enquanto espaço de diálogo entre teoria e prática, o que implica no fortalecimento da relação com a rede de escolas de educação básica, que possibilite um planejamento colaborativo das ações que se realizam através dela. Essa relação, que se fundamenta

principalmente nas atividades relacionadas ao estágio curricular supervisionado, pode ser expandida para outros âmbitos dos cursos, sendo um deles as práticas extensionistas.

A extensão universitária no Brasil passou por um processo de reconceituação ao longo dos anos, deixando de ter um caráter essencialmente de “prestações de serviços, tais como assistências”, para dar espaço a uma interação dialógica entre a universidade e a sociedade (FORPROEX, 2012, p.17). Essa interação permite aos envolvidos a troca de saberes, na condição em que a universidade receberá contribuições, assegurando aos participantes da universidade uma experiência profissional significativa, e à comunidade, possibilidades de transformar sua realidade através do conhecimento (FAGUNDES, 1985; SOUSA, 2010). Não se trata de uma relação unidirecional de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade”, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo (FORPROEX, 2012, p. 30).

A extensão universitária possibilita o estabelecimento de novas e distintas relações entre os cursos de formação de professores e a rede de educação básica. A relação entre os cursos de formação de professores e as escolas é de suma importância para a própria consolidação das licenciaturas, e está explicitado no documento de avaliação de cursos de licenciatura do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), onde constam três indicadores (indicadores 1.8, 1.9 e 1.21) que contemplam tal relação (BRASIL, 2017).

Vale ainda destacar que o Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, institui que “a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania” (FORPROEX, 2001, p. 06).

Somado às possibilidades formativas da extensão universitária, é necessário considerar os meios pelos quais seja possível implementar a

inserção da extensão na matriz curricular dos cursos de licenciatura, tal como prevê a estratégia 12.7, da meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), lei nº13.005/2014, que assegura 10% da carga horária dos cursos de graduação em atividades extensionistas (BRASIL, 2014).

Estudos que procuram compreender a integração existente entre a extensão universitária e os cursos de formação inicial podem auxiliar na elucidação dos fatores envolvidos no processo, e podem contribuir para que essa aproximação de fato se concretize. É necessário destacar, entretanto, que ao lado da necessidade de cumprir uma norma ou regramento, como é o caso da curricularização da extensão, há uma real carência a ser confrontada pelos cursos de formação de professores: a ressignificação da relação com as escolas.

O papel formativo que as escolas, enquanto espaços de atuação profissional desempenham na formação inicial de professores não pode se limitar a obrigatoriedade da realização dos estágios curriculares supervisionados. É necessário vislumbrar novos caminhos institucionais, que possibilitem parcerias para além do lugar comum existente. É preciso formar e estreitar novos laços, e principalmente, planejar de forma colaborativa ações que visem o enfrentamento das questões impostas pelo exercício da profissão.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo analisar as contribuições da curricularização da extensão em um curso de licenciatura em Ciências da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), tendo como foco atividades desenvolvidas junto à escolas de educação básica no âmbito das unidades curriculares de *Prática como Componente Curricular* e verificar como a extensão pode se constituir como prática formativa na formação inicial de professores, contribuindo para habilitar esses licenciandos a atender as necessidades do contexto educacional atual.

Referenciais Teóricos

António Nóvoa (2019, p.7) considera que os espaços existentes para os cursos de licenciatura, tanto na universidade como nas escolas, não são

Interfaces da Educ., Paranaíba, v.12, n.34, p. 922-946, 2021

"propícios à formação de professores do século XXI". Isso porque, segundo o autor, tanto o modelo escolar estabelecido como os próprios cursos não mais atendem às necessidades contemporâneas relacionadas aos espaços de formação e atuação docente. Sobre a formação docente, Nóvoa (2019, p.7) considera a necessidade de interação de três espaços: o profissional, o universitário e o escolar, formando o que ele chama de "triângulo de formação". Em um dos vértices desse triângulo estão os professores (profissão), no outro as universidades (ensino superior) e por fim as escolas (redes). A partir desse triângulo de formação é possível transformar a prática docente para o contexto atual em que vivemos.

A articulação desses três vértices torna-se necessária para superar os percalços formativos dos licenciandos. Nesse sentido, Nóvoa (2019, p.8) propõe a criação de uma "*casa comum*" dentro da universidade, que possibilite uma relação mais estreita junto a professores e escolas da educação básica. Essa *casa comum* possibilitaria aos licenciandos uma formação onde os saberes docentes sejam valorizados e apropriados no exercício da profissão (NÓVOA, 2019, p. 8).

A implementação deste novo modelo de formação de professores, tal como proposto por Nóvoa (2019), pode ter início através de iniciativas que visem o estreitamento dos laços envolvidos entre a universidade, os professores em exercício e as escolas. A extensão universitária, enquanto parte estruturante da universidade, pode ser uma forma de viabilizar o estreitamento de tais laços, já que permite modos de integração que vão muito além do formato acadêmico clássico. Através de atividades extensionistas, o estudante universitário entra em contato com os desafios das situações cotidianas de sua profissão, num contexto distinto do estágio curricular obrigatório. A extensão também possibilita a vivência das demandas sociais existentes e experiências novas e significativas em parceria com a comunidade, trazendo a oportunidade dos graduandos complementarem seu percurso formativo, implementando na prática os conhecimentos adquiridos durante as disciplinas e atividades de ensino (ALMEIDA, 2015; GOULART, 2004).

Na formação inicial de professores, o reconhecimento da extensão enquanto prática de formação deve ser valorizada, uma vez que através dela é possível construir novos conhecimentos. O conhecimento emancipador une a técnica e o interesse para a produção de saberes mais humanos e centrados em questões que estão ocorrendo em seu entorno. Por promover encontros que articulam universidade e comunidade, a extensão tem a capacidade de abranger de forma mais ampla suas práticas e realizações (CASTRO, 2004, p. 4).

De acordo com Costa (2019), as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores em nível superior* (Resolução N° 2/2015) traz a importância da integração da extensão na formação de professores. Desta forma, a autora afirma que vincular a extensão na graduação vem a ser uma possibilidade para o professor aprimorar sua formação, dado que ela proporciona oportunidade de uma interação mais próxima com a realidade escolar.

Tem-se apontado a inserção curricular da extensão como forma da universidade se voltar para as áreas de pertinência social. Estes documentos apontam para uma desconstrução do modelo de universidade atual, fazendo com que a extensão possibilite que a instituição se reconecte com as demandas sociais resultando em uma “ressignificação do ensino superior” (IMPERATORE, PEDDE, IMPERATORE, 2015, p. 2).

Algumas Instituições de Ensino Superior (IES) já vêm estudando maneiras de integrar a extensão em seu currículo, de forma a não acarretar um aumento da carga horária de seus cursos. Muitas instituições já contam com resoluções e guias que estabelecem as normativas para se inserir a extensão na matriz curricular de seus cursos (UFRJ, 2015; IFSC, 2016; UFAC, 2018; UNIFESP, 2017; UFAL, 2018). Ao analisar essas resoluções e/ou guias, é possível verificar que foram adotadas formas distintas de executar a curricularização da extensão, contemplando as realidades locais e as estruturas curriculares específicas. A maioria agregará a curricularização a projetos, programas, eventos e cursos extensionistas, enquanto que em outras serão vinculados apenas à projetos e programas de extensão.

O guia de curricularização da Unifesp, ao qual este trabalho está articulado, determinou que as unidades curriculares (UC) que tiverem caráter extensionista poderão se vincular a projetos e programas de extensão, sendo que a UC poderá ser integralmente extensionista ou ter carga horária mista, ou seja, ter apenas uma parte da carga horária atribuída à extensão.

Nesse sentido, a curricularização da extensão nos cursos de licenciatura se apresenta como oportunidade de articulação entre teoria e prática, de maneira que a formação inicial do professor seja mais envolvida com o triângulo de formação proposto por Nóvoa (2019), onde a associação entre as disciplinas do curso à programas e projetos extensionistas possibilite ao licenciando uma inserção maior na realidade de sua profissão durante a sua formação inicial.

Metodologia

Natureza da pesquisa

A metodologia adotada nesta pesquisa é de natureza qualitativa. A investigação qualitativa pode ser considerada como um termo genérico, em razão de abrigar diferentes estratégias de investigação. Nesta pesquisa, diversas estratégias foram adotadas a fim de obter dados de forma mais aprofundada, que foram enriquecidos com descrições detalhadas que surgiram a partir de conversas e observações (BOGDAN, BIKLEN, 1994).

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética institucional. Os sujeitos da pesquisa foram 102 participantes do programa de extensão, dos quais 76 são participantes vinculados às unidades curriculares de Prática Pedagógica, dentre os quais 9 foram entrevistados, e 26 foram monitores que planejaram e organizaram as atividades. Os estudantes e professores da escola básica que participaram das visitas também foram observados e compuseram a amostra. Os sujeitos aceitaram participar da pesquisa por meio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Por questões éticas, os participantes envolvidos na pesquisa

Interfaces da Educ., Paranaíba, v.12, n.34, p. 922-946, 2021

tiveram suas identidades preservadas, sendo identificados aqui da seguinte forma: EP para os estudantes das unidades curriculares de prática pedagógica. Acompanhados a essas siglas, foram incorporados números para indicar a mudança de participante ao longo do texto.

Contexto da pesquisa

A pesquisa aqui apresentada se deu no contexto do vínculo entre um programa de extensão e um conjunto de unidades curriculares (UC) do curso de Ciências – Licenciatura, a saber, Prática Pedagógica de Física, Prática Pedagógica de Química e Prática Pedagógica de Biologia, durante os anos de 2017 e 2019. O programa de extensão tinha por objetivo aproximar a universidade e a comunidade escolar local por meio de uma proposta de visitas pré-agendadas de alunos e professores da educação básica aos laboratórios da universidade, para vivência de atividades práticas experimentais na área de ciências.

Essas visitas tinham por finalidade proporcionar um ambiente onde os estudantes de educação básica participassem de práticas experimentais, em atividades pedagógicas realizadas num ambiente diferente da sala de aula, com materiais e equipamentos que pudessem auxiliar na descoberta de novas experiências. A proposta também contemplava visitas dos alunos a laboratórios de pesquisa, de forma não apenas a compreenderem a importância da pesquisa realizada próximo à sua comunidade, mas também como estímulo ao ingresso no ensino superior.

A vinculação do programa ao conjunto de unidades curriculares de práticas pedagógicas foi idealizada de forma a complementar o percurso formativo dos graduandos, por meio de ações que possibilitam uma maior integração entre teoria e prática. Este vínculo teve como intuito propiciar aos graduandos experiências da prática docente e aplicação dos conhecimentos adquiridos nas UC durante o desenvolvimento das atividades com os alunos da educação básica e que contribuíssem no engajamento destes últimos em atividades científicas experimentais.

O curso de Ciências possui quatro anos de duração, sendo que nos dois primeiros anos os estudantes compartilham um ciclo básico comum, que contempla as áreas de Química, Física, Biologia e Matemática, e nos últimos dois anos um ciclo específico, vinculado a uma destas quatro trajetórias. O bloco curricular denominado Prática como Componente Curricular procura estabelecer um diálogo entre a área científica básica e a área pedagógica, através do desenvolvimento de propostas e/ou projetos educacionais utilizando diferentes metodologias e recursos didáticos, tais como a investigação e a experimentação (GOUW, VIANA, 2017).

Os docentes responsáveis pelas unidades curriculares foram responsáveis por adaptar o formato do programa de extensão às necessidades e objetivos de suas turmas. As turmas das trajetórias de Biologia e Química trabalharam atividades experimentais e investigativas tendo como público-alvo todos os segmentos da educação básica, Ensino Fundamental e Ensino Médio, nas modalidades regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Já as turmas da Física trabalharam com o Ensino Médio regular e EJA.

Após a formalização do vínculo entre as unidades curriculares e o programa de extensão, foi determinado que a participação dos estudantes no programa de extensão comporia parte do processo avaliativo. Os estudantes matriculados foram orientados e trabalharam durante o semestre na construção de um projeto que contemplasse atividades experimentais e/ou investigativas, levando em consideração a realidade do público alvo, a faixa etária, o tempo de desenvolvimento da atividade, bem como a disposição do laboratório e seus respectivos materiais.

O agendamento e convite para as escolas foram realizados pela equipe de monitores voluntários e bolsistas do programa de extensão. Cada visita recebeu em média 50 alunos da educação básica. Os graduandos ficaram responsáveis pelo desenvolvimento da atividade prática realizada durante a visita, que foi programada para ocorrer dentro do horário regular de aula da graduação, tanto no período vespertino como noturno, sob a supervisão dos docentes.

Métodos de coleta de dados

Os métodos de coleta de dados adotados foram a observação participante e a realização de entrevistas. A *observação participante* foi o método selecionado para se obter uma maior perspectiva da vinculação entre o programa e as UC de prática pedagógica, de forma a expressar seu desenvolvimento e a recorrer às experiências pessoais dos envolvidos (ANDRÉ, 2015).

A observação é um método bastante recorrente dentro da pesquisa de abordagem qualitativa, principalmente aquelas ligadas ao campo educacional, podendo ser o método principal ou estar associada a outros métodos, tais como entrevistas, análises documentais, dentre outros (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

A observação pode ter diferentes graus de participação (LÜDKE, ANDRÉ, 1986), sendo que o adotado nesta pesquisa foi caracterizado pelo envolvimento das pesquisadoras na situação pesquisada. Para a documentação das observações foram realizadas anotações, registro e análise de fotografias retiradas durante a pesquisa e acompanhamento de todas as atividades envolvidas na curricularização da extensão.

A *entrevista* foi um método utilizado para possibilitar o aprofundamento da observação participante, permitindo dar maior enfoque aos licenciandos que estavam envolvidos nas ações de curricularização. A obtenção de dados realizados a partir desse método foi realizada mediante um roteiro semiestruturado, que teve como objetivo compreender a relação entre a extensão e o ensino e verificar a viabilidade da curricularização da extensão dentro de um curso de licenciatura. A transcrição dos áudios da entrevista foi feita de forma a preservar as falas e linguagens dos entrevistados.

Resultados e discussão

A contribuição da extensão na formação inicial de professores

O reconhecimento da extensão como instrumento formativo e sua formalização na universidade são recentes, tendo seu início marcado a partir de 1980, sinalizado pela intenção de impulsionar uma educação de qualidade. Estas atividades permitem a partir da interação com a sociedade, que os universitários desenvolvam habilidades e possam se qualificar profissionalmente (COELHO, 2014).

Os licenciandos foram questionados sobre quais eram as contribuições para sua formação profissional quando participavam de atividades extensionistas e sobre como eles avaliavam essa participação, específica no programa de extensão, para a profissão docente. Os respondentes informaram que as contribuições estão ligadas ao exercício e ao contato direto com a profissão, além de relatos sobre a confirmação da opção pela carreira, uma vez que, para alguns participantes, a atividade de extensão foi o primeiro contato com os alunos da educação básica sem que houvesse um professor da escola intermediando a ação.

EP1.: [...] foi muito importante a atividade, porque [...] eu tinha muitas dúvidas em relação se eu estava no lugar certo e no dia da atividade eu descobri que eu tô (sic) no lugar certo [...] até cheguei a comentar com a professora [responsável pela UC] que eu tinha muito medo de falar bobagem e eu vi que esse medo não precisa, então isso que é importante [...].

Uma estudante informou, durante o desenvolvimento da atividade, que não vivenciou oportunidades de interagir com alunos nas escolas anteriormente. Por conta disso, sempre se sentiu insegura em relação a sua escolha profissional. Ao realizar uma atividade de Física com pequenas turmas, que faziam rodízio entre as atividades no laboratório da universidade, ela conseguiu reconhecer o seu lugar na docência, pois teve a oportunidade de colocar em prática a *práxis* com mais segurança.

A formação profissional dos graduandos a partir de experiências extensionistas tem mostrado sua notoriedade, pois a ausência de oportunidades nas quais se relacionam os conhecimentos adquiridos na universidade em um contexto social acaba por desencadear uma formação deficitária, que valoriza apenas o conhecimento teórico. A formação acadêmica vinculada a ações extensionistas pode implicar a formação de

profissionais com habilidades para a aplicação desses conhecimentos em problemas reais (SILVA, VASCONCELOS, 2006).

Outros aspectos apontados pelos licenciandos estão relacionados à indissociabilidade entre teoria e prática, como podemos analisar no seguinte trecho:

EP2.: [...] a gente vê teorias que a gente nunca mais vai usar na vida ou que a gente vai esquecer um ano depois e eu acho que formação inicial de professor não tem que começar com 45 tipos de textos diferentes, porque ele não vai lembrar dos 45 e depois ele vai ser jogado na sala de aula, eu acho que tem que começar mesmo aplicando esse conhecimento e não só adquirindo ele (sic) e deixando para usar um dia e uma hora que ele ache conveniente usar.

Esses momentos são importantes para reconhecer que o processo pedagógico não se dá pela ideia habitual de que o saber está ligado apenas à teoria, pois é no diálogo entre teoria e prática que se transforma a construção de um saber (FORTUNA, 2015). Segundo Sousa (2010, p. 130), a extensão tem como papel ser uma *práxis* revolucionária, pois “só desta forma a Universidade poderá ser aceita como instrumento transformador do real, quando estiver atuando sobre as mudanças das circunstâncias, mas também sendo transformada por essas mesmas circunstâncias”.

A extensão tem, nesse quesito, a potencialidade de favorecer a capacitação do universitário em sua atuação profissional, pois possibilita que os graduandos tenham contato com a realidade social, o que gera aplicação dos conhecimentos adquiridos em sala para os momentos de vivência com a sociedade, além de oportunizar o desenvolvimento de diferentes habilidades e aprofundamentos dentro da área de atuação dos acadêmicos (SILVA, QUIMELLI, 2006).

Os entrevistados também mostraram a importância da interação com os alunos da educação básica, permitindo analisar a reação e as possíveis dificuldades ao implementar atividades experimentais ou investigativas para diferentes contextos e perfis de alunos. Isso pode ser observado no trecho a seguir:

EP2.: A realização dessa atividade contribuiu principalmente porque foi feita com alunos, o que me ajudou [...] demais porque eu vi na pele o que seria a reação deles, quais são as dificuldades que a gente teve, as necessidades que apareceram na hora e que a gente já tinha previsto que ia ter. Eu acredito que foi uma atividade que a gente não ia ter a oportunidades [...] de fazer principalmente quando a gente fosse jogado ao léu dentro da escola.

A extensão, ao produzir conhecimento a partir da experiência, faz com que o conhecimento não se enclausure, havendo sempre a possibilidade de novos finais ou início de novos processos. Verifica-se também a interlocução de diferentes atores, como professores, estudantes universitários e estudantes de educação básica. Nessa interlocução, os papéis se misturam e se revezam, fazendo com que a experiência seja uma relação emancipatória, onde “a difusão do conhecimento por este modo não é uma mera repetição, mas é exatamente para, inspirado na narrativa, caminhar de outro modo” (CASTRO, 2004, p. 04).

Além da questão da produção de conhecimento por meio da experiência extensionista, o estágio obrigatório também tem essa função de inserir o estudante no âmbito educacional. No entanto, um dos entrevistados, que é professor da rede estadual e municipal por 6 anos, afirma que:

EP4.: [...] o estágio deveria ser revisto [...] porque deveria acontecer uma incisão maior dos alunos, dos graduandos na escola pública para eles aplicarem efetivamente o que eles estão aprendendo, fazer uma análise crítica do que aprenderam e do que vão aprender [...] também essa distância dos graduandos com a escola pública faz com que as pessoas que recebem os alunos, os graduandos, na escola pública elas estejam fora também do que está acontecendo, então quando aproximar vai ficar mais fácil pro professor que recebe aluno da graduação lá na escola pública poder ajudar melhor esse graduando.

Manchur, Suriani e Cunha (2013) explicam que o estágio curricular obrigatório na licenciatura é limitado por conta do tempo e da autonomia dos graduandos, e que a extensão acaba por ser uma oportunidade do estudante ter uma vivência mais próxima da realidade para sua formação enquanto profissional. Nesse sentido, a vinculação de uma unidade curricular distinta, como as de Prática Pedagógica, com a extensão permitiu

aos licenciandos um melhor entendimento da comunidade escolar e uma experiência adequada para desenvolver ao longo dos estágios obrigatórios.

O vínculo entre uma unidade curricular e um programa de extensão

O Guia de curricularização da Unifesp estabelece que as UC com possibilidade de realizarem ações extensionistas poderão ser vinculadas a projetos e programas de extensão (UNIFESP, 2017). Para analisar esse vínculo, os licenciandos foram questionados sobre quais seriam os benefícios em participar de uma UC vinculada à extensão. Um estudante afirma, quando perguntado sobre essa experiência para formação inicial de professores, que a ação é importante e deveria acontecer além da Prática Pedagógica:

EP4.: Importantíssima e ela deveria ocorrer mais vezes, não só em práticas, mas eu acho que em outras disciplinas, não nas específicas, mas até mesmo nas disciplinas do núcleo comum do curso, ela deveria acontecer de alguma forma e em algum momento.

Segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX, 2012, p. 30), a inclusão da extensão no currículo é um passo fundamental e deve ser realizado para além de atividades de aproveitamento de créditos e criação de novas disciplinas relacionadas à extensão, mas sim consolidá-la “no projeto pedagógico dos cursos universitários, assimilando-a como elemento fundamental no processo de formação profissional e de produção do conhecimento”.

As universidades enfrentam alguns problemas para estabelecerem a estratégia 12.7 do PNE. Algumas dessas dificuldades estão relacionadas à falta de suporte e desvalorização, por parte do Ministério da Educação (MEC), diante das limitações internas das instituições, que incluem o aumento de demanda para atender aos alunos do período noturno (GONÇALVES, 2015).

Desta forma, a vinculação da unidade curricular com as ações de extensão seria uma forma de facilitar o acesso aos graduandos desse

período, uma vez que as atividades foram realizadas dentro do horário regular de aula. O fato da atividade estar dentro da universidade também acaba por ser um fator de contribuição para a realização da extensão, pois permitiu que os graduandos se sentissem mais confortáveis, por estarem em um local conhecido, além de evitar deslocamentos para escolas ou outros locais em que a prática possa ter seu desenvolvimento. Essas questões podem ser observada no relato abaixo:

EP6.: fica acessível [...] você não precisa se deslocar, vai para o PIBID você precisa ir lá [na escola estadual do município de Diadema] para pegar o ônibus, trólebus, fica longe [...] então você traz para a Universidade.

Outros graduandos relataram, em relação à vinculação da extensão na unidade curricular, que essa prática foi benéfica, pois tiveram o suporte da docente responsável pela UC, além de entenderem a participação como um momento de colocar em prática as teorias que foram discutidas ao longo das aulas.

EP7.: O benefício principal foi a orientação da professora [...], se surgia alguma dúvida, a gente podia perguntar para ela. Não dúvida sobre a matéria, mas [...] um suporte, porque quando a gente tá dando aula às vezes acontece alguma situação e a gente não tem como fugir [...], com ela ali, o suporte que ela deu, tendo essa oportunidade foi muito mais tranquilo, pra quando estiver sozinho saber como lidar com essa situação.

Outro aspecto importante sobre a extensão, enquanto componente do processo de formação profissional de um professor, diz respeito ao repertório que ele acaba adquirindo ao realizar e participar das ações extensionistas. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, esse elenco de habilidades, de conhecimentos teóricos e práticos, é resultado da sua trajetória pedagógica e será consolidado no exercício de sua profissão (BRASIL, 2015). Esse exercício pode ser colocado em prática em ações extensionistas, pois acaba por abranger uma maior dimensão da prática docente. Esse aspecto fica destacado na fala abaixo:

EP3.: É benefício para todos nós [...] por exemplo, com um médico [...] ele precisa fazer uma prática em campo vamos dizer assim, se você pegar um bisturi olhando na lousa é diferente de você pegar

Interfaces da Educ., Paranaíba, v.12, n.34, p. 922-946, 2021

um bisturi no meio de uma cirurgia, então isso, nós como professores ajuda bastante no sentido de trazer a prática para dentro da Universidade, vê a prática na lousa é uma coisa, ver a prática acontecendo é outra.

Couto (2013) afirma que um projeto pedagógico é inovador quando este traz um currículo que envolva atividades extracurriculares que ultrapassem as barreiras entre os diferentes saberes e entre teoria e prática, e que possa ainda ter a produção de novos saberes embasados nas transformações sociais. Desta forma, aliar a extensão ao currículo, vinculando-a às unidades curriculares, permite que os graduandos ultrapassem tais barreiras, pois oferecem uma formação que valoriza a elaboração de um novo conhecimento a partir da experiência.

Interação entre universidade e escola

De acordo com dados de níveis de instrução da população brasileira, realizada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua) em 2017, apenas 23,6% da população brasileira possui o ensino médio completo; quando analisado a amostra de jovens de 18 a 24 anos, apenas 39% possuem esse nível de escolaridade (BRASIL, 2017). Sampaio (2011, p. 29) afirma que as mudanças sociais oriundas da globalização têm influenciado os padrões educacionais. Essas mudanças tornaram imprescindível uma maior escolarização por parte da população, uma vez que o certificado de conclusão do ensino médio é exigido na maioria dos cargos e vagas de trabalhos da atualidade.

No entanto, ainda se reconhece que a democratização do ensino superior apresenta uma grande defasagem nesse processo. Muitos dos alunos (em sua maioria de escolas públicas) não conhecem a universidade e nem possuem informações sobre o ensino superior. Esse fato vai ao encontro de fala de uma estudante de Prática Pedagógica de Física:

EF7.: [...] eu acho que é um problema geral da Unifesp porque eu sou de Osasco e as pessoas não conhecem a Unifesp em Osasco e é a mesma coisa [...] o pouco que eu converso lá as pessoas, os adolescentes e os alunos eles conhecem, [...], mas eles não sabem como faz, [...] então eu vejo que trazendo os alunos para a

universidade a gente tem essa vantagem deles conhecerem, saberem que tem uma federal perto deles [...] que eles têm condições de entrar na universidade, que a universidade é para eles.

Nesse sentido, Ortega (2001) faz uma crítica em relação à preparação das escolas públicas para o acesso ao ensino superior, afirmando que historicamente as escolas públicas são marcadas por um sistema dual que oscila entre o ensino profissionalizante e o propedêutico, enquanto as escolas particulares são voltadas para a preparação para o ingresso na universidade. A autora ainda afirma que as escolas públicas carecem de fornecimento de orientação específica no que diz respeito ao acesso dos alunos ao ensino superior.

Um episódio que evidencia essa afirmação foi observado ao final de uma visita dos alunos do ensino médio de uma escola pública. Os graduandos monitores do programa costumavam acompanhá-los até a portaria do prédio e ao fazerem isso, perceberam que um grupo estava abraçando as paredes, o laboratório e outros objetos presentes no prédio e se despedindo de tudo. A princípio, os monitores e o restante da classe enxergaram como uma situação engraçada, mas os estudantes relataram posteriormente que estavam se despedindo, pois aquela visita seria o mais próximo que eles estariam de uma universidade pública.

Assim, a extensão pode ser uma maneira de divulgar e tornar conhecida a universidade, esclarecendo os meios de acesso ao ensino superior, além da possibilidade de divulgar informações sobre os cursos e atividades desenvolvidas no âmbito universitário. Quando questionado sobre essa interação, um entrevistado afirma:

EF4.: ela deveria acontecer mais vezes, eu entendo que a escola pública está muito longe da Universidade, a Universidade muito longe da escola pública e com a atividade [...] que os alunos participaram, ficou bem claro que [...] vai melhorar e muito a experiência dos alunos nessa participação, a abertura de portas da Universidade para os alunos vai aumentar o aprendizado, o interesse deles também pelo ensino e pelo aprendizado pelas Ciências, então o que atrapalha é essa distância, tem que diminuir essa distância para melhorar essa relação.

A afirmação desse estudante vai ao encontro do que foi observado em alguns trabalhos (FEITOSA, LEITE, FREITAS, 2011; MANCHUR, SURIANI, CUNHA, 2013; SCHEID, SOARES, FLORES, 2009) sobre a extensão na interação universidade e escola: as interações estão em sua maioria pautadas em ações que visam a formação de professores (seja inicial ou continuada) ou ainda sobre a inserção de graduando nas escolas; no entanto faltam ações que estimulem os alunos das escolas a se inserirem no ambiente universitário, de forma a vivenciarem esse espaço e se apropriarem dele como uma maneira de dar continuidade à sua formação profissional.

Uma ressalva importante são os trabalhos ligados às ações de cursinhos populares na luta pela democratização do ensino superior (CASTRO, 2005; PEREIRA, RAIZER, MEIRELLES, 2010). As ações dos cursinhos visam a inclusão de grupos historicamente excluídos do ambiente universitário, para fortalecerem e favorecerem o acesso ao ensino superior (PEREIRA, RAIZER, MEIRELLES, 2010). No entanto, a discussão aqui está pautada na vivência da universidade realizada pelos alunos não concluintes da educação básica, para favorecer a divulgação do ensino superior público e fortalecer o seu sentimento de pertencimento ao espaço universitário.

A interação entre universidade e escola aqui relatada fez com que a extensão se estabelecesse efetivamente no campo institucional. De acordo com Rodrigues (2006), esse estabelecimento acontece justamente quando a comunidade reconhece a Universidade como um local de prática do seu pensamento crítico. Para isso, a comunidade deve estar inserida no interior da instituição de ensino superior, de forma a constituir um diálogo permanente. Além de fortalecer o vínculo entre universidade e sociedade, pois favorece a superação de desigualdades e exclusões existentes (NUNES, SILVA, 2011).

Considerações Finais

Neste trabalho foram analisadas as contribuições da curricularização da extensão, a partir da vinculação de um programa de extensão com um conjunto de unidades curriculares desenvolvidas em um curso de

licenciatura em Ciências. Embora a compreensão da extensão enquanto definição ainda cause confusão para acadêmicos e seus participantes (SOUSA, 2010), algumas resoluções têm começado a reforçar a importância do desenvolvimento das ações extensionistas e estão sendo imprescindíveis para o seu fortalecimento, enquanto estrutura tão fundamental quanto o ensino e a pesquisa.

O processo de curricularização da extensão aqui relatado mostrou ter contribuído na formação profissional dos licenciandos a partir de seu processo de vinculação com as unidades curriculares, num processo institucionalizado, conforme regulamentado no guia de curricularização da Unifesp. A partir desse modelo, foi possível contornar o problema que envolve a inserção de ações extensionistas para os graduandos do período noturno (GONÇALVES, 2015), uma vez que a atividade foi realizada dentro do horário regular de aula e, no caso do programa de extensão aqui mencionado, pôde ser realizado dentro da própria universidade, evitando que os estudantes se deslocassem para outros espaços para participar dos projetos e programas.

Este estudo considera que a curricularização da extensão é um importante componente no processo de formação inicial de professores, pois consegue colocar em prática o "triângulo de formação" proposto por NÓVOA (2019, p.7). A curricularização da extensão favoreceu a integração dos três espaços de formação: o profissional, através da atuação dos licenciandos dentro do programa de extensão, permitindo que eles colocassem em prática sua práxis, além de reforçar outras habilidades da profissão docente; o universitário, através tanto do espaço físico da universidade para a realização das ações extensionistas, quanto dos conhecimentos proporcionados pela vinculação de unidades curriculares; e o escolar, presente tanto na visita ao espaço universitário, resultando em uma aproximação universidade/escola, quanto pelo estabelecimento de uma relação dialética em que a consequência foi a troca de saberes que ocorreu durante as experiências das visitas.

A literatura na área da extensão tem mostrado que a interação universidade escola é pautada por ações que se destinam à formação inicial

e continuada de professores, relacionadas em sua maioria à inserção da universidade no ambiente escolar e as contribuições profissionais que elas podem gerar (FEITOSA, LEITE, FREITAS, 2011; MANCHUR, SURIANI, CUNHA, 2013; SCHEID, SOARES, FLORES, 2009). O programa de extensão aqui relatado permitiu uma interação universidade escola para além das contribuições na formação inicial dos professores, oferecendo oportunidade aos alunos da educação básica a vivência na universidade. Esse contato possibilitou que a comunidade escolar conhecesse a Unifesp e que os estudantes vislumbrassem expectativas de futuro que contemplem o ingresso no ensino superior.

Este estudo apontou que a curricularização da extensão, para além de uma imposição normativa, pode ser uma oportunidade de ressignificar a relação existente entre os cursos de licenciatura e as escolas de educação básica, possibilitando experiências e vivências formativas transformadoras tanto para os licenciandos como para os membros da comunidade escolar.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, L. P. A extensão universitária no brasil processos de aprendizagem a partir da experiência e do sentido. **Les universités latino-américaines aujourd'hui: expressions locales**, 07, 2015. 56-67. Disponível em: <<https://www.unilim.fr/dire/692&file=1>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

ANDRÉ, M. E. D. A. D. **Etnografia da Prática Escolar**. [S.l.]: Papirus editora, 2015. 126 p.

ANPED. **Contra a descaracterização da formação de professores**. Nota das entidades nacionais em defesa da Res.02/2015. 2019. Disponível em <http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/nota_entidades_bncf_outubro2019.pdf>. Acesso em 15 jul. 2020.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. [S.l.]: Porto Editora, 1994. 336 p.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 1996. **Lei Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996**. Brasil, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Resolução CNE/CES 7/2018**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 15 jul. 2020.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Parecer CNE/CP 9/2001**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf>. Acesso em 15 jul. 2020.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Resolução CNE/CP 1/2002**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf>. Acesso em 15 jul. 2020.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Resolução CNE/CP 2/2015**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em 15.jul.2020.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Resolução CNE/CP 2/2019**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>>. Acesso em 23.abr.2021.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Instrumento de avaliação de cursos de graduação** - presencial e a distância. Brasília: Inep/MEC, 2017. Disponível em <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_gradu

acao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf>. Acesso em 17 jul. 2020.

CASTRO, C. A. D. Cursinhos alternativos e populares: Movimentos Territoriais de luta pelo acesso ao ensino público superior no Brasil. **Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia**, 2005. 110f. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/89799>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

CASTRO, L. M. C. Universidade, a Extensão Universitária e a Produção de Conhecimentos Emancipadores. **Reunião Anual da ANPED**, 27, n. 11, 2004. 1-16. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/t1111.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

COELHO, G. C. O papel pedagógico da extensão universitária. **Em Extensão**, Uberlândia, 13, n. 02, dez 2014. 11-24. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/26682/16074>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

COSTA, W. N. G. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO o desafio no contexto das licenciaturas. **Revista Panorâmica online**, 2, 2019. 109-124. Disponível em: <<http://revistas.cua.ufmt.br/revista/index.php/revistapanoramica/article/viewFile/1023/19192229>>. Acesso em 28 jul. 2020.

COUTO, Ligia Paula. **A pedagogia universitária nas propostas inovadoras de universidades brasileiras: por uma cultura da docência e construção da identidade docente**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-13082013-164438/publico/LIGIA_PAULA_COUTO.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

FAGUNDES, J. **Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas**. [S.l.]: Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 1985. 170f. p. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251912>>. Acesso em: 19 maio 2020.

FEITOSA, R. A.; LEITE, R. C. M.; FREITAS, A. L. P. “Projeto aprendiz”: interação universidade-escola para realização de atividades experimentais no ensino médio. **Ciência & Educação**, Bauru, 17, n. 02, 2011. 301-320. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v17n2/a04v17n2.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

_____. **Plano Nacional de Extensão Universitária**, 2001. 1-13 p. Disponível em: <http://www.uemg.br/downloads/plano_nacional_de_extensao_universitaria.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2020.

_____. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: [s.n.], 2012. 01-66 p. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

FORTUNA, V. A relação teoria e prática na educação em Freire. **REBES - Rev. Brasileira de Ensino Superior**, 01, n. 02, out.-dez. 2015. 64-72. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES/article/view/1056>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229/pdfa>>. Acesso em 28 jul. 2020.

GOUW, A. M. S.; VIANA, H. E. B. O curso de Ciências - licenciatura da UNIFESP: uma proposta interdisciplinar. In: KLUTH, V. S. **Prática docente e formação de professores: reflexões à luz do ensino de Ciências**. São Paulo: 1ª, 2017. p. 244.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V.; IMPERATORE, J. L. R. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. **XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU**, Mar del Plata, dez. 2015.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANCHUR, J.; SURIANI, A. L. A.; CUNHA, M. C. D. A contribuição de projetos de extensão na formação profissional de graduandos de licenciaturas. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, 09, n. 02, jul-dez 2013. 334-341. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/5522/3672>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

NÓVOA, A. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, 44, n. 3, 2019. 1-15. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/edreal/v44n3/2175-6236-edreal-44-03-e84910.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

NUNES, A. L. D. P. F.; SILVA, M. B. D. C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, Ano IV, n. 07, jul./dez. 2011. 119-133. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/d997/c9b1aab8a293d0cda8f169178ed61823a7ea.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

ORTEGA, E. M. V. O Ensino médio público e o acesso ao ensino superior. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 23, jan-jun 2001. 153-176. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2213>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

PEREIRA, T. I.; RAIZER, L.; MEIRELLES, M. A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, 17, n. 01, jan./jun. 2010. 86-96. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/alternativa/images/A_luta_pela_democratiza%C3%A7%C3%A3o_do_acesso_ao_Thiago_Ingrassia.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2020.

ROCHA, G. Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação? **Revista Educação em Debate**, 6-7, n. 2-1, 1983. Disponível em: <<http://www.periodicosfaced.ufc.br/index.php/educacaoemdebate/article/view/396/241>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

RODRIGUES, R. A Extensão universitária como uma práxis. **Em Extensão**, Uberlândia, 05, 2006. 84-88. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20340/10820>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

SAMPAIO, S. M. R. Entre a escola pública e a universidade longa travessia para jovens de origem popular. In: _____ **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 27-51. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-03.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

SCHEID, N. M. J.; SOARES, B. M.; FLORES, M. L. T. Universidade e Escola Básica: uma importante parceria para o aprimoramento da educação científica. **Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Tecnologia**, 02, n. 02, 2009. 64-74. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/458/339>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

SILVA, M. D. S.; VASCONCELOS, S. D. Extensão Universitária e Formação Profissional: avaliação da experiência das Ciências Biológicas na Universidade Federal de Pernambuco. **Estudos em Avaliação Educacional**, 17, n. 33, jan./abr. 2006. 119-136. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2130/2087>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

SILVA, S. P.; QUIMELLI, G. A. D. S. A Extensão Universitária como espaço de formação profissional do assistente social e a efetivação dos princípios do projeto ético-político. **Emancipação**, 06, n. 01, 2006. 279-296. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/83/81>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. 2^a ed. Campinas: Alínea, 2010.

UFAC, U. F. do AC. **Proposta de guia de apoio ao processo de implementação da curricularização da Extensão na UFAC**, 2017.

Disponível em:

<<http://www2.ufac.br/site/docs/2017/doc160220171.pdf>>. Acesso em 28 jul. 2020.

UFAL, U. F. de AL. **Manual da curricularização**. Manual com definições teórico-metodológicas-procedimentais para a inserção da Extensão como componente curricular obrigatório nos Projeto Pedagógicos de Cursos de graduação da UFAL. 2018. Disponível em:

<https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/manual_2019.pdf/view>. Acesso em 28 jul. 2020.

UFRJ, U. F. do RJ. **Guia de creditação da Extensão na UFRJ**, 2015.

Disponível em: <

https://www.iq.ufrj.br/arquivos/2015/07/Guia_Download.pdf>. Acesso em: 28. Jul. 2020.

UNIFESP, U. F. de SP. **Guia para curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal de São Paulo**, 2017. Disponível em:

<<https://www.unifesp.br/reitoria/proex/curricularizacao/documentos>>. Acesso em: 28 jul. 2020.